

FILIPE I

Em 1525, o casamento de um rei era mais um acontecimento político do que uma prova de amor. O Imperador Carlos V, rei de Espanha e sacro imperador romano da nação germânica, ponderava uma aliança por matrimónio com a Inglaterra. Mas acabou por aceitar o enlace com Isabel de Portugal, filha do rei D. Manuel I, e três anos mais nova. Uma decisão que mudaria o destino de Portugal. Dois anos depois, a 21 de Maio de 1527, nascia Filipe em Valladolid. Carlos esteve as 13 horas do parto ao lado de Isabel, cujo círculo mais próximo ensinaria ao filho sobre os assuntos portugueses. Mas, em 1539, o futuro rei e imperador ficou órfão de mãe – que amava. Ao pai, sempre ausente nas viagens de governação do império, espreitava. Carlos V deixou-o entregue aos melhores tutores e em 1543 nomeou-o regente, abdicando do trono 13 anos depois. Morreu em 1598.

oi um sinal político. O rei Filipe chegava a Tomar ainda condoído pela morte da sua mulher e sobrinha, Ana de Áustria, que perdera a vida em consequência de uma gripe. E, pelas regras de Castela, deveria guardar um ano de luto. Mas naquele dia de Abril de 1581, o primeiro das cortes, desfez-se das roupas pretas. Se era para provar que também era o monarca de Portugal, faria o seu juramento diante dos representantes da nobreza, clero e povo, vestido como se fazia por estes reinos.

Aceitara-o depois de muita insistência. Mas ali estava ele, Filipe II de Espanha, a dias de completar 54 anos e a horas de ser coroado rei de Portugal, a percorrer os corredores do convento de Tomar vestido com um brocado com rosas douradas e com uma fralda tão grande e «tamanho rabo que quase não ficava o rei enxergando dentro nela e nem podia mover as mãos», descrevia um documento da época³. «Dizem que é o costume daqui», escreveu a 3 de Abril, na primeira carta sobre a sua aventura portuguesa que enviou às filhas⁴.

³ Citado por Fernando Bouza Alvarez (2000, p. 74)

⁴ Foram 34 as cartas que o rei dirigiu, entre 3 de Abril de 1581 e 15 de Março de 1583, às filhas do seu casamento com a francesa Isabel de Valois, filha do rei Henrique II e de Catarina de Médicis. Com Isabel de Valois, que morreu em 1568, discutia política na alcova. Os dois casaram por procuração em 1559 e o enlace selou a amizade com a França.

Os músicos tocavam charamelas, atabales e trombetas. Por sua decisão, Filipe carregava ao peito o colar da Ordem de Cavalaria Tosão de Ouro (a ordem da sua família, os Habsburgo/Áustria); na mão, o ceptro de ouro dos reis portugueses que mandara vir de Elvas. Eram símbolos que pretendiam provar que estava ali por direito natural e não apenas por conquista do território. Mais um sinal, agora de sedução da nobreza: ofereceu o Tosão de Ouro ao responsável pela maior casa senhorial portuguesa, o duque de Bragança, que no dia da coroação se vestia elegantemente com um chapéu de plumas e sapatos. «Dizem que foi a primeira vez que os calçou», escreveu o novo monarca às filhas.

Filipe expedira de Elvas a 4 de Janeiro as convocatórias para cerca de 20 eclesiásticos (bispo, vigários), 100 seculares (senhores de terras, alcaides-mores, pessoas com cartas de concelhos) e 90 câmaras (de onde se nomearam conselheiros que representavam o povo). Por sua intenção, as cortes deveriam realizar-se em Lisboa no final desse mês. Mas a peste que então atacava a capital do reino atrasou o encontro solene e obrigou-o a mudá-lo para Tomar. Também mandou que arranjassem o Paço da Ribeira para recebê-lo. Seria ali que viveria até Fevereiro de 1583.

DE CASTELA A LISBOA

A campanha de conquista do poder fora longa. A partir de Fevereiro de 1576, o seu novo embaixador em Portugal, D. João da Silva⁵, enviava-lhe comentários sobre o seu sobrinho, o rei.

⁵ João (ou Juan) da Silva era filho de uma dama portuguesa, Beatriz da Silveira, que chegara a Castela em 1526 com a mãe de D. Filipe I, Isabel de Portugal. Ele, que depois foi feito conde de Portalegre, casar-se-ia com uma portuguesa e partiria com Sebastião para Alcácer-Quibir, onde ficaria ferido. Entre 1578 e 1580 seria essencial nas negociações que levaram D. Filipe ao trono.

Dizia-lhe que Sebastião tinha «engenho agudo», mas também «imaginações inúteis». E confirmava os rumores da difícil relação do monarca português com as mulheres: tinha-lhes «tanto ódio que aparta os olhos delas e, se uma dama lhe serve um copo, procura tomá-lo sem tocar-lhe na mão» (Cruz, 2006, p. 246). Sabia-se, descrevia da Silva, que o monarca ainda não tinha feito prova da sua virilidade. Mesmo assim, sugeria-lhe que abordasse duas questões se queria conquistar a sua boa vontade e dos seus conselheiros: o compromisso matrimonial com a infanta, sua filha, Isabel Clara Eugénia, e o envolvimento do seu reino no projecto marroquino de Sebastião.

À época estavam vários assuntos pendentes entre portugueses e castelhanos. Entre eles o contrabando de mercadorias da América espanhola e Canárias nos portos portugueses e, sobretudo, a vontade de conciliar os negócios relativos ao sal e especiarias, fazendo o bloqueio económico dos rebeldes flamengos. João da Silva aconselhava Filipe a ser diplomático.

A Sebastião interessava mais ter apoio para a intervenção que estava a preparar no Norte de África do que em casar-se com uma prima.⁶ Este tema preocupava mais à sua avó Catarina, que era contra o projecto marroquino. Mesmo assim, o monarca aceitou falar sobre a união nupcial com o tio Filipe. Sugeriu uma visita familiar de dez dias ao mosteiro dos frades jerónimos

⁶ O pretexto para a intervenção em Marrocos, de acordo com Nuno Gonçalo Monteiro, foi a disputa daquele trono. Depois da morte do xarife, o seu filho Mahâmmede Almotavaquil ocupou o lugar em 1574. Mas, dois anos depois, o seu tio afastou-o. D. Sebastião apoiava Almotavaquil, o xarife deposto, e por isso organizou a expedição no norte de África, para a qual partiu com um exército entre 17 mil (Monteiro, 2012, p. 70) a 20 mil homens (Cruz, 2006, p. 270). Decidiram combater as forças do tio, Mulei Abde Almeliq (referido nas fontes portuguesas como Mulei Maluco) em campo aberto e debaixo de intenso calor. Teriam aviso da superioridade do inimigo (seriam, «talvez com exagero», diz Monteiro, 70 mil marroquinos) que os dizimou.

em Guadalupe por altura do Natal de 1576. Sebastião partiu para Espanha a 11 de Dezembro, mas só depois de assinar um alvará no qual se previa que o negócio do sal passava a ser monopólio da coroa. Os motivos, avança a sua biógrafa Maria Augusta Lima Cruz (2006, p. 252), seriam a captação de verbas para financiar a expedição africana e a cedência às pretensões do seu tio Filipe neste negócio.

Os dois avistaram-se finalmente a 22 de Dezembro, a meia légua do mosteiro. Abraçaram-se emocionados. Mas nas seis reuniões que tiveram nos dias seguintes, quase todas só com a presença de Cristóvão de Moura⁷ que tomou notas, discutiram em voz alta. Delas, o rei português saiu nervoso. Filipe insistiu para que o sobrinho não participasse pessoalmente nesta aventura. Sebastião não fizera ainda 23 anos e o tio achava que não tinha maturidade para tal. Apesar disso, concedeu 50 galés e cinco mil soldados para a sua aventura africana. Esta cedência foi feita a custo e não foi mais generosa porque, segundo o seu biógrafo Henry Kamen, Filipe estava então em tréguas com os turcos e não queria iniciar uma outra guerra a Sul.

Além disso, impôs pesadas condições que indiciavam que não queria que a expedição se realizasse: cancelaria a ajuda se o Grão-Turco ou outros líderes ameaçassem os seus territórios; e

⁷ Moura era um entre os conselheiros portugueses, alguns deles chegados à corte de Madrid com a sua mãe, Isabel de Portugal, com que Filipe contava e que o terão formado para os assuntos lusos. Então com 40 anos, Cristóvão Moura chegara à corte madrilena quando D. Joana, mãe de D. Sebastião e já viúva de D. João III, deixara Portugal. Esta enviara-o a Portugal em missão para se assegurar da saúde do seu filho e aferir a verdade dos rumores de que não tinha interesse em ter descendência. Quando morreu, em 1573, Joana pediu a Filipe, que estava à sua cabeceira, que acompanhasse e promovesse a carreira de Moura. Ele assim o fez e Moura retribuiu: foi essencial, tal como João da Silva, nas negociações de 1578-1580 e tornou-se conde, e depois marquês, de Castelo Rodrigo. Entre 1600 e 1603 e 1608 e 1612 foi vice-rei.

impunha que esta se realizasse em Agosto e com a participação de mais seis mil soldados alemães e dois mil italianos. De uma forma pouco clara, deixou entender que aceitava também o enlace da sua filha. Mas este só poderia ser anunciado quando ela tivesse idade para tal⁸. Conta-se, mas a biógrafa de Sebastião crê que este relato não tem fundamento, que na despedida Filipe lhe disse:

«Se vencer, um bom genro teremos; se for vencido, um bom reino para nós virá» (Cruz, 2006, p. 253).

Era um prazo muito curto: o monarca português tinha de ter tudo pronto em oito meses. Sebastião acabou por adiar a partida até Junho de 1578 quando o tio Filipe já lhe tinha retirado o apoio, com o argumento de que a situação se agravara nos Países Baixos. Mesmo assim deu-lhe autorização para adquirir em Espanha munições, pólvora, mantimentos e, com limitações, trigo. Apesar deste recuo, nada abalaria a determinação de Sebastião. Argumentou contra as posições de Filipe, do Duque de Alba e de D. António de Toledo que conheceu, e muito respeitou, em Guadalupe e que o alertaram para o perigo de partir sem sucessão garantida. Ignorou também o alerta do cardeal D. Henrique, seu tio-avô que regeu o reino quando ele era menor, sobre os grandes gastos financeiros de uma operação desse tipo. E da sua avó Catarina, na altura já moribunda.

⁸ Entretanto Sebastião admitiria a possibilidade de fazer um contrato matrimonial com a filha do Grão-duque da Toscana a troco de um financiamento para a expedição ao Norte de África, o que mostra o pouco interesse que tinha neste assunto.

O conselho de Estado decidiu ainda antes da partida e por unanimidade que se deveria nomear D. Henrique como sucessor. E discutiu a necessidade, face à idade deste, de escolher um outro nome. Mas o monarca foi convencido por um seu próximo, Pêro de Alcáçova Carneiro, a não deixar nenhum herdeiro, nem sequer o cardeal, porque quem deveria ficar à frente do reino era quem apoiasse o rei e não quem se opunha à demanda, como o velho eclesiástico. E nesta condição embarcou Sebastião a 14 de Junho de 1578. Pouco menos de dois meses depois, a 12 de Agosto, a notícia chegou a Madrid: as tropas portuguesas (acompanhadas por mercenários alemães, espanhóis e italianos), que à partida já se sabiam fracas e indisciplinadas, tinham sido vencidas em Alcácer-Quibir. E, presumia-se que no dia 4, o rei morreu no campo de batalha, tal como metade do seu efectivo. Outros milhares tinham sido presos. Filipe não estava na capital castelhana e os mensageiros cavalgaram até ao Escorial, onde lhe contaram o sucedido. O rei recolheu-se e passou as horas seguintes a caminhar pelo jardim daquele mosteiro a menos de 50 quilómetros de Madrid, onde gostava de passar os verões.

Os frades que o observavam julgaram que estava tomado pela dor. Não era só isso: Filipe sabia que Sebastião não deixara descendência e que, além de rei de Espanha e imperador de uma generosa parte do globo – houve quem escrevesse que dominava um território «vinte vezes maior do que o romano»⁹ –, poderia acrescentar Portugal ao seu império. Como filho de Isabel e

⁹ Citado por Kamen (2008, p. 338). Filipe estava então em paz com os turcos e os Países Baixos. A conquista das Filipinas e a resistência inca no Peru tinham terminado. Organizavam-se expedições do México para o que é hoje o Sul dos Estados Unidos da América.

neto do rei Manuel I tinha direito legítimo e natural àquele reino, pensou. Se fosse bem-sucedido nos próximos meses, ganharia poder também na Índia, Indonésia e Oceânia.

Resolveu agir. Mas não ainda naquele momento, e nunca o faria, a não ser que fosse obrigado, com o uso das armas. Apesar disso, deu ordens ao marquês de Santa Cruz, Álvaro de Bazán, para colocar galés na costa africana de forma a controlar os fortes portugueses. E mandou que se recrutassem homens em Espanha e viessem embarcações de Itália. Esboçou também uma verdadeira estratégia de relações públicas. Escreveu cartas com os pêsames às principais autoridades portuguesas. E enviou o português Cristóvão Moura, um dos seus mais fiéis assessores, para Portugal. Nos anos seguintes este desempenharia um papel capital nas negociações que iriam tornar o espanhol no primeiro monarca da dinastia Filipina que governaria Portugal por 60 anos.

A sua escolha como espião parece ter sido acertada: Moura tinha um vínculo de parentesco e amizade com os mais ilustres do País, o que viria a permitir-lhe descobrir muitos segredos. Assistiu às reuniões secretas da corte portuguesa; falou com nobres e eclesiásticos; distribuiu ouro em troca do apoio a Filipe; e iniciou uma pesquisa nos arquivos portugueses. Estava mandado para encontrar documentos que permitissem argumentar a favor do direito do monarca à coroa. Este temia que os seus adversários usassem o facto de não ter nascido em Portugal.

No Arquivo Municipal de Lisboa, Moura encontrou uma cópia dos *Capítulos do Rei D. Manuel* (também conhecidos por *Artigos de Lisboa de 1499*), no qual *O Venturoso* dava algumas garantias a Lisboa nas vésperas do juramento do seu filho, o

Infante Miguel¹⁰, então já herdeiro jurado das coroas de Aragão e Castela. Ora, a história de um príncipe que havia sido jurado pelas três coroas poderia ser um trunfo importante. Além do mais, também D. Manuel tinha sido jurado herdeiro de Castela e Aragão, quando pensou que reinaria em Espanha, «sem que para isso tivesse sido um obstáculo a sua não naturalidade» nestes dois reinos¹¹.» Era um argumento que os conselheiros de Filipe I lhe garantiam ser importante usar junto do novo rei português, D. Henrique.

UMA QUESTÃO DE LEGITIMIDADE

Entre os documentos que surgiram nesta época estava um testamento do malogrado Sebastião, alegadamente assinado a 13 de Junho, um dia antes do embarque para o Norte de África. Nele lia-se: «Sucedendo que, ao tempo da minha morte, não tenha filho nem filha [...] e a sucessão destes Reinos [...] haja de vir ao rei que ao tempo for de Castela, lhe encomendo muito e peço por mercê que por nenhum caso a Coroa destes Reinos se ajunte à de Castela». Nuno Gonçalo Monteiro (2012, p. 71), que o cita, define-o como «uma parcela apócrifa», falsa, do escrito do monarca. Seja, mas demonstra que o temor de que os castelhanos tomassem o poder existia. Ainda assim, anotava Moura, a reacção dos portugueses à morte do seu monarca foi fria. Não era por ele que as mulheres gritavam nas ruas de Lisboa. Era pelos seus filhos, irmãos e maridos que se quedaram

¹⁰ Que acabaria por morrer com 22 meses.

¹¹ Escreve Bouza Álvarez (2000, p. 45).

em África ao seguir as ordens de Sebastião. Moura escreveu a Filipe a 26 de Agosto de 1578, perplexo com o que viu durante as exéquias do rei seu sobrinho no mosteiro em Belém: «Houve um bom sermão, a meu ver; mas os da terra ficaram descontentes com ele, porque fez elogios ao rei.»¹²

Quase um ano e meio passaria ainda antes de o espanhol Filipe ser aclamado rei de Portugal. Naqueles 18 meses reinaria o eclesiástico D. Henrique, de 66 anos. Era o único filho vivo do rei D. Manuel I e já tinha sido regente quando Sebastião era menor e a sua avó, D. Catarina, abdicou do trono. Velho e doente, o cardeal era obrigado a abdicar do seu descanso no mosteiro de Alcobaça para assumir novamente os destinos de um reino que atravessava uma crise financeira (a coroa endividou-se para financiar a expedição a Marrocos e tinha de pagar o resgate dos prisioneiros¹³), mas também moral (além do rei, perdera uma boa parte da nobreza).

Para evitar tumultos nas ruas, os conselheiros de Henrique fizeram-no passear de mula por Lisboa com frequência. Pensaram que talvez isso desse esperança ao povo. Estávamos a 28 de Agosto de 1578 e Filipe já iniciara o seu plano de conquista de Portugal. Ao novo monarca português foi sugerido que pedisse dispensa papal e se casasse. O cardeal-rei negou, mas dadas as evidências – quando morresse deixaria novamente o reino com uma crise dinástica – acabou por aceitar. Mais do que a sua castidade, o seu maior inimigo era Filipe, que enviou um recado

¹² Citado por Valladares (2010, p. 240).

¹³ Além destas despesas, acrescenta Vitorino Magalhães Godinho (1978, pp. 242-3), outros factores contribuíam para a conjuntura financeira «angustiante»: os ganhos com a pimenta e outras especiarias na Rota do Cabo estavam a cair desde 1550; São Tomé e Príncipe, o mais importante mercado de açúcar do Atlântico, tinha sido saqueado pelos franceses (1567) e assistira à revolta dos descendentes de angolanos (1575).

claro aos seus emissários em Roma: era contra este pedido, cuja decisão favorável deveria ser evitada. E foi.

Quando morreu tuberculoso, a 31 de Janeiro de 1580, na noite do seu 68.º aniversário, D. Henrique não deixou qualquer nome em testamento. Ficara decidido que «o herdeiro seria o príncipe que reunisse maiores direitos à sucessão» (Bouza, 2005, p. 59) entre os descendentes de D. Manuel I¹⁴ e de D. Maria de Castela.

Filipe apresentou-se como candidato ao trono por ser o seu neto varão (era filho de Isabel, a primogénita). A duquesa de Bragança, Catarina, filha mais nova do duque de Guimarães e, portanto, neta de *O Venturoso*, também estava na corrida. Tal como o prior do Crato, António¹⁵, que nascera da relação ilegítima de Luís, duque de Beja e quinto filho de Manuel I, e de uma cristã-nova. Outros descendentes de D. Manuel I reclamaram o reino, mas tinham sido eliminados há muito. O duque de Sabóia, Manuel Felisberto, era filho da irmã imediata de Isabel, Beatriz, pelo que ficaria sempre atrás de Filipe na corrida ao trono. O duque de Parma, Rainúncio, por ser filho da filha mais velha com descendência de Duarte, duque de Guimarães e único varão com descendência sobrevivente de Manuel I, era um forte candidato. Mas, como era súbdito do rei de Espanha, perdeu também contra este.

Nas cortes de Almeirim (que se iniciaram a 11 de Janeiro de 1580 e terminaram a 15 de Março, quando D. Henrique já morrera), Filipe apresentou-se como o melhor candidato e argumentou com os *Capítulos do Rei D. Manuel*. Se, em 1499, as

¹⁴ Décimo quarto rei de Portugal (31 de Maio de 1469-†13 de Dezembro de 1521).

¹⁵ Lisboa, 1531-†Paris, 26 Agosto de 1595.

cortes de Lisboa tinham jurado D. Miguel em semelhante situação, em Almeirim, 80 anos depois, deveria fazer-se o mesmo. E Filipe garantia, tal como fizera *O Venturoso*, a manutenção do particularismo de Portugal: quem não era originário deste reino estava impedido de ocupar um cargo na justiça, na administração do reino ou no exército. De igual modo, tudo o que estivesse relacionado com o comércio de África, o tráfico comercial entre as feitorias. A metrópole e a cunhagem de moeda continuariam nas mãos dos portugueses (Álvarez, 2000, p. 49) e exibiriam apenas as armas deste reino. A língua de trabalho e que surgiria nos documentos oficiais seria o português. A criação do Conselho de Portugal pretendia também garantir plenos direitos administrativos aos portugueses (o que, como se verá, nem sempre ocorreu). Caso o rei se ausentasse, nunca um estrangeiro sem ligação directa ao monarca poderia assumir o vice-reinado e aquele seria sempre assessorado por portugueses quando tivesse de decidir sobre assuntos deste reino.

Depois da morte do cardeal, Filipe tinha já ganho a coroa no campo político. Graças ao labor de Cristóvão de Moura, os grandes senhores estavam do seu lado: acreditavam na sua fama de bom administrador (o que os cofres do reino muito precisavam) e nas suas promessas de que manteria a sua liberdade. Os comerciantes mais importantes viam numa união ibérica a hipótese de abertura de novos mercados, como as Índias de Castela e o fim de barreiras alfandegárias. Muitos tinham aceitado grandes quantidades de ouro distribuídas por Moura. E a importante Companhia de Jesus apoiava-o.

Por outro lado, conhecia-se no reino o poder militar castelhano e sabiam que as suas forças estavam bem posicionadas

para «sufocar» a resistência do Prior do Crato (Inclán, 1901, p. 521) – a única organizada em todo o reino. A cavalaria, às ordens do veterano Sancho de Ávila, estava pronta a actuar. O marquês de Santa Cruz tinha ordens para navegar com as embarcações sob seu comando até Lisboa assim que recebesse a notícia da morte do cardeal. O duque de Medina Sidónia e os nobres com propriedades junto à fronteira estavam instruídos a ajudar no ataque das tropas por terra. Inicialmente tinham planeado colocar as armas de Portugal nos estandartes e bandeiras. O rei aconselhou-os a usarem antes imagens de Nossa Senhora e de outros santos pelos quais o povo tinha grande devoção. Os castelhanos estavam bem informados sobre o território nacional. E queriam por outro lado que os portugueses soubessem como estavam e planeavam actuar. Assim escreveu Filipe II a Moura: «Mesmo que não se chegue ao uso da força, será tanto mais útil continuar a pressionar com negociações mantendo ao mesmo tempo a ameaça das armas.»¹⁶

SAQUES E PILHAGENS NA CONQUISTA DO TRONO

Quando ainda não estava resolvida a questão sucessória, Cristóvão de Moura e Pedro Girón, duque de Osuna, convenceram Filipe II a mudar-se para um lugar próximo da fronteira. A 18 de Maio de 1580, o monarca abandonou o conforto da corte em Madrid e rumou a Badajoz com a família real. Com ele seguia a sua quarta mulher, Ana, e o irmão desta, o arquiduque Alberto de Áustria (que desempenharia um papel importante em Portu-

¹⁶ Citado por Kamen (2008, p. 242).

gal¹⁷). Instalaram-se em tendas feitas com grandes lenços que os protegiam do calor que afectava a zona da raia.

No largo campo à sua frente estavam dezenas de milhares de soldados (espanhóis, alemães e italianos)¹⁸, vestidos com diferentes cores. E ainda carros de mulas e bois para transporte de artilharia. Eram tantos que ao caminharem, acompanhados pelo som das trompetas e tambores, se sentia a trepidação. A 12 de Junho, o rei nomeou o duque de Alba¹⁹ como o capitão-general do exército. Aos 73 anos, era um homem de barba prateada, alto, com uma magreza elegante e de aspecto duro (Valladares, 2010, p. 58 e 65), mas perdera já o vigor de outros tempo – uma falha que disfarçava usando vivas cores e grandes plumas que causavam admiração em todos.

Apesar da idade, muitos temiam-no por conhecerem a forma como impusera a ordem nos Países Baixos entre 1567 e 1573: enquanto foi governador-geral, registaram-se pilhagens e execuções em massa (até de mulheres e crianças). Desta vez não se pretendia uma abordagem tão violenta – tinha sido até definido pelo rei nas 43 ordenanças de Cantillana que, quando os rebeldes prestassem obediência ao monarca castelhano, não haveria saques.

O forte de Elvas foi conquistado sem resistência. Em Vila Viçosa, os soldados do mestre-de-campo Sancho de Ávila leva-

¹⁷ C.f. capítulo seguinte.

¹⁸ As fontes variam entre os 23 mil e os 40 mil homens (Veiga, 2013, p. 94).

¹⁹ O herói de guerra castelhano (1507-†1582) que caíra em desgraça e fora afastado da vida militar quando, em 1577, o seu filho Fadrique se casou com uma prima mesmo estando comprometido com uma dama de companhia da rainha. O rei não perdoou a Alba o facto de ter aprovado a união do filho sem ter em conta a importância da sua linhagem e de como o casamento do filho poderia servir como uma aliança importante para a coroa. Alguns anos mais tarde os seus conselheiros convenceram-no da utilidade do duque para comandar a conquista de Portugal. Morreria em Lisboa, no Paço da Ribeira.

ram valiosas porcelanas da Índia, roupas e utensílios de luxo do paço dos duques de Bragança. Foi uma humilhação para D. Catarina, um dos principais adversários de Filipe durante a discussão da questão sucessória. E, em Estremoz, o alcaide recusou-se a reconhecer o novo rei. Foi preso, mas Alba refreou o seu primeiro impulso e não lhe mandou cortar a cabeça.

Já tinham chegado àquela fortaleza alentejana as notícias sobre a aclamação do prior do Crato como monarca. Tudo começara em Santarém a 19 de Junho e estendera-se a outras cidades. Naquela época, os espanhóis ainda não tinham entrado em força em Portugal, mas já os seus emissários andavam pelo reino a anunciá-lo. Era uma tentativa de pressionar os insurrectos sem recorrer às armas. Assim que o povo de Santarém soube da notícia da chegada dos castelhanos, resolveu reconstruir as velhas muralhas – que naquele momento não garantiam a defesa do burgo.

O povo não estava com Filipe pois este também não manifestara durante muito tempo interesse em tê-lo consigo. Pelas ruas corria a história de que o castelhano havia aumentado os impostos do outro lado da fronteira – inaceitável que lhes impusessem também a alcavala, pensava o povo. Não queria saber, nem escutava a mensagem que Osuna apregoava pelo reino a pedido de Filipe, de que esta taxa subira porque se mantivera no mesmo valor durante muitas décadas.

E que ideia fora essa, pensava a plebe, de decidir-se a negociar com ela através dos mercadores e dos representantes nas câmaras? Eles não eram o povo.

Filipe, por seu lado, fora aconselhado a esquecer o apoio da arraia-miúda. Jamais o teria, já que este grupo de desprotegidos

tinha procurado auxílio junto de D. António, o prior do Crato, diziam-lhe. O facto de o seu pai D. Luís ser muito querido por eles compensaria até a história que corria de a mãe, Violante Gomes, ter sangue judeu.

Chamavam-lhe o rei do povo. D. António prometia não aumentar impostos e acabar com o monopólio do sal. E, pensava o povo, se com o castelhano seria chamado a lutar nos exércitos de Itália ou da Flandres, com o prior nada disso aconteceria. De igual modo, enquanto viam os espiões do castelhano a entregar cargos a este e àquele senhor, D. António prometia também títulos e benesses. Haveria melhor rei?

Conta-se que enquanto os populares (tirando estes, o prior quase não tinha apoio entre os nobres e o clero; por si estavam apenas o conde de Vimioso e o bispo da Guarda) reconstruíam as muralhas de Santarém, um deles atou um lenço à espada e gritou: «Sejamos hoje todos aqui doidos!» Um ancião respondeu: «Haja quem o seja que todos seremos!»

O prior do Crato terá inicialmente resistido, mas acabou por se dirigir ao palácio do edil onde foi aclamado. Ao povo lançou moedas de ouro e prata. E deu ordens para que se soltassem os presos. No dia seguinte escreveu às cidades e vilas do reino anunciando a sua aclamação. E depois partiu para Lisboa. Na capital, apesar da peste, uma multidão voltou a recebê-lo em júbilo.

O reino tinha agora três centros de autoridade: Badajoz, onde estava Filipe; Lisboa, dominada por D. António; e Setúbal, onde estavam os governadores que tomaram conta do reino depois da morte de D. Henrique. Tinham-se refugiado ali com o pretexto de que a peste chegara a Almeirim, onde

estavam. Mas não foram bem recebidos: textos anónimos acusavam-nos de serem fiéis aos castelhanos. Fugiriam para o Algarve, onde a 17 de Julho reconheceriam os direitos naturais de Filipe II ao trono. Os que estavam contra esta solução alegavam que os governadores haviam sido forçados a tomar tal decisão.

Entretanto, as tropas de Alba continuavam a avançar pelo Alentejo, apesar do mau estado das estradas que danificava os eixos e rodas dos carros de bois. Seguiam em direcção ao litoral²⁰, onde iriam encontrar-se com a frota do marquês de Santa Cruz. «A corrupção abrira previamente as portas que as fortalezas agora escancaravam», citou Maria Antonieta Soares de Azevedo (Serrão, 1992, p. 73). As promessas do monarca espanhol, laboriosamente espalhadas por Moura, ajudavam a que assim fosse: o espião anunciara que os impostos não subiriam; as duas coroas não seriam unidas e os portugueses manteriam os mesmos direitos. A resistência portuguesa fazia-se através dos que apoiavam o prior do Crato e que acreditavam que a França os ajudaria.

Alcançaram Setúbal a 16 de Julho. Enquanto três mil apoiantes do bastardo (sapateiros, taberneiros, alfaiates, lenhadores e outros representantes dos ofícios), entre eles muitos escravos que o prior atraíra com a promessa de alforria, resistiam por dois dias no castelo, os militares castelhanos saqueavam os arredores e eram castigados por Alba, que os proibira de o fazer – mandou enforcar e degolar alguns e enviou 100 para as galés como exemplo. Calcula-se que os militares tenham

²⁰ Filipe II não quisera fazer a invasão pelo vale do Mondego porque considerava que tinha sido essa escolha que levava à derrota de D. João de Castela, em 1385 (Anon, 1994, p. 29).

juntado perto de 200 mil ducados. Logo depois, a população de Setúbal rendeu-se.

Muitos setubalenses, sobretudo mulheres e crianças carregadas de ouro e prata, tinham fugido para Lisboa na véspera da chegada dos castelhanos. Partiram pelo mar e, ao chegarem, três delas seguiram despenteadas e com a roupa num desalinho até ao paço real, onde pediram ajuda para os seus maridos – os únicos, gritavam, que defendiam aquela vila à beira Sado.

Depois de vencidas as escaramuças em Setúbal, o inimigo (com Alba ao comando) decidiu também partir por mar, a bordo dos navios do marquês de Santa Cruz²¹, a fim de chegar à principal cidade do reino, onde viviam cerca de 100 mil pessoas, dez por cento da população da época (Valladares, 2010, p. 72).

Ancoraram numa pequena praia com altas escarpas, em Cascais²², e conquistaram a fortaleza em poucas horas, apesar da resistência do general D. Diogo de Meneses e do alcaide Henrique Pereira de Lacerda Silva e dos seus três mil homens, recrutados às pressas – a falta de formação seria um dos problemas das tropas lusas. Estes foram condenados (sem hipótese de apelo) à morte por Alba. Depois de enforcado, o corpo de Pereira de Lacerda ficou exposto na torre mais alta. Meneses recebeu uma punição condicente com a sua condição nobre. E ainda mais exemplar para a população de Cascais: que não se atrevessem a revoltar-se contra Alba e D. Filipe – estes castigos servir-lhes-iam de exemplo. Quando ouviu qual seria o seu castigo, Meneses

²¹ O marquês de Santa Cruz comandava uma frota de 157 navios de origens muito diferentes, vindos de locais dominados pela coroa espanhola: Nápoles, Sicília, Cantábria, Andaluzia. O prior do Crato dispunha de 71 navios divididos entre os estuários do Tejo e do Sado. (Vaz, 2005, p. 30 e 32)

²² Local onde hoje fica o forte de Nossa Senhora da Guia.

apelou à vingança divina sobre Alba. Minutos antes de lhe cortarem a cabeça, saiu do castelo montado numa mula, vestido de preto e carregando uma cruz. Na praça da vila, um algoz alemão²³ enfiou-lhe um capuz e deu-lhe um golpe tão forte com uma alfange que a cabeça se separou do corpo. Seguiu-se o saque pelos soldados invasores e que nada agradou ao rei: se continuassem com estas acções violentas, a ideia veiculada com mestria por Cristóvão de Moura de que o reino de Portugal não era uma conquista, mas antes uma herança, seria posto em causa.

As semanas seguintes serviriam para a conquista das torres de São Julião e Belém que defendiam Lisboa. E, depois, a muralha fernandina com cinco quilómetros de extensão e oito de altura (Valladares, 2010, p. 100). Se o conseguissem, cumpriam finalmente o objectivo: a conquista da principal cidade do reino. Era ali que aportavam os barcos vindos da Índia e da América; e fora nesta localidade que o prior do Crato se assumira como monarca. Filipe II de Espanha queria entrar em Lisboa triunfante, como rei e herdeiro da coroa. Como Filipe I de Portugal.

Em Lisboa, o prior do Crato fazia confiscos aos mercadores lisboetas – o holandês Gaspar Cunertorf queixava-se de que se apoderava de tudo, sem pagar nada.

Aos relatos das conquistas e saques do exército invasor juntava-se o temor a Alba, o homem que envergando uma armadura e uma capa vermelha de general avançava no território montado num cavalo branco. Foi assim que Lazzaro Tavarone o pintou já no início do século XVII²⁴. Atrás de si, num vale que

²³ O exército de Alba tinha estrangeiros, entre eles alemães.

²⁴ O fresco *Lisboa sitiada pelo exército do duque de Alba* está no Palazzo Spinola, em Génova.

se supõe ser Alcântara, vêem-se apenas algumas dezenas de soldados – mas foram milhares os que lutaram às suas ordens na batalha (escaramuça para outros²⁵) que conclui o processo sucessório em Portugal.

O local do encontro das forças foi escolhido por D. António: ao ver que perdera as torres que defendiam a barra do Tejo, o prior do Crato deslocou as forças (entre nove a dez mil) que recrutara à última hora e que, portanto, eram indisciplinadas e não tinham treino militar, para a ribeira de Alcântara, que só tinha uma pequena ponte. Era uma zona ainda fora das muralhas de Lisboa e quase desabitada: tinha duas casas e um moinho abandonado que os portugueses poderiam utilizar para se proteger caso tivessem de enfrentar as forças comandada por Alba. Este, por seu lado, optou por aquartelar os seus homens na zona de Belém.

Nas primeiras horas de 25 de Agosto, assim que a luz permitiu, Alba enviou 12 mil infantes e mil e quinhentos cavaleiros à conquista da ponte sobre a ribeira de Alcântara. O duque assistiu aos primeiros movimentos sentado num cadeirão no alto de um monte. Escondidos nas duas casas e no moinho junto à foz, os mosqueteiros às ordens do Crato provocaram algumas baixas. Mas eram poucos contra a primazia castelhana. E ficaram em pânico quando viram algumas unidades castelhanas a atacá-los pela retaguarda. Desnorteados, fugiram em debandada em direcção a Lisboa.

Havia ainda as galeras de Santa Cruz: no rio, a armada portuguesa que fora empurrada pelos castelhanos até Belém tinha o vento e a maré baixa a seu favor. A bordo levavam as armas

²⁵ Sobre esta questão ver Valladares, 2010.

e munições que tinham sobrado da expedição africana de D. Sebastião. Mas os 42 navios ao serviço do Crato não conseguiram aproveitar essa vantagem contra os mais de 100 navios castelhanos (Vaz, 2005, p. 41). Em poucas horas de bombardeamentos, também no rio os portugueses perderam a batalha.

Muitos dos que correram em direcção às muralhas de Lisboa arrastaram a população que vivia nos arrabaldes e que fugia para cidade. Houve quem acabasse morto pelo fogo amigo dos soldados portugueses que fecharam as entradas com medo da chegada dos castelhanos. Mulheres houve que morreram esmagadas com os filhos nos braços. Outras salvaram-se para logo depois serem violadas.

D. António soube da fuga desordenada dos seus homens e da rendição da esquadra no rio, mas, antes de se refugiar em Lisboa, foi ferido com dois golpes na cabeça. Partiu nessa tarde com 100 homens, entre eles o muito fiel conde de Vimioso, que anos mais tarde morreria a defender a sua causa. Pararam em São João da Talha, onde o prior curou os golpes. Passaram por Santarém, que já havia prestado obediência a Filipe e não o recebeu em júbilo. E daí cavalgaram até Coimbra²⁶.

Apesar da derrota em Alcântara – morreram entre 500 a três mil dos seus homens, contra apenas 100 inimigos (Valladares, 2010, p. 102) –, à medida que avançou no território português o prior foi conquistando fiéis. E arrastou atrás de si as tropas castelhanas que o queriam prender. Em Viana da Foz do Lima, quase que conseguiu partir para França, mas o mau tempo impediu o seu embarque. Durante seis meses, até finalmente

²⁶ Sobre a oposição que o prior do Crato fez ao reinado de Filipe, ver o próximo capítulo.

abandonar o reino, abrigou-se em casas religiosas e de partidários seus.

Apesar da benesse meteorológica em Viana, as tropas castelhanas, lideradas por Sancho de Ávila, nunca conseguiram apanhá-lo. Em Novembro, Filipe, que continuava a acompanhar o que se passava em Portugal pelas mensagens que lhe enviavam para Badajoz, escreveu uma carta irritada ao duque de Alba: que apanhasse o bastardo – vivo ou morto (Serrão, 1992).

A resistência portuguesa durou pouco naquele 25 de Agosto: logo uma representação da Câmara de Lisboa entregou a localidade a Alba, obtendo em troca a garantia de que as pilhagens se fariam só nos arredores durante três dias. Levaram roupa, prata e jóias – e os «arreios ricos» de D. Sebastião feitos com 34 diamantes, 28 esmeraldas, 23 rubis e cinco safiras. Partes destes arreios foram vendidos. Os escravos foram capturados com o objectivo de voltarem a ser vendidos aos seus donos, obtendo lucro. O mesmo se fez com mulheres e crianças, que foram compradas pelos seus parentes (Valladares, 2010). A falta de alimentos (azeite, vinho, açúcar, especiarias, trigo e até gado) nos dias seguintes deveu-se às pilhagens.

À medida que subiam para o Norte do reino, à caça do prior do Crato, as tropas castelhanas cometeram outros abusos. No Porto, o bispo D. Simão de Sá Pereira escreveu a Filipe a 13 de Dezembro de 1580 queixando-se de Sancho de Ávila. Este tinha transformado o seu paço em messe de oficiais. E quando o prelado pedira que lhe restituísse a casa episcopal – ordem, dissera, e até lhe mostrara a carta de sua majestade –, o militar respondera-lhe que só o faria quando recebesse ordem directa do rei.

Não eram só os eclesiásticos que se queixavam. As gentes do Porto, que já haviam assistido ao saque das tropas de D. António, prior do Crato, que durante alguns dias, entre Agosto e Setembro de 1580, tomou a cidade, não gostavam de ter ali estacionadas as guarnições espanholas. Ávila tinha essa percepção: «O mau-humor das pessoas desta terra nunca termina»²⁷, queixava-se, numa carta.

E as suas tropas tratavam mal os fidalgos e abusavam da sua hospitalidade, sentando-se às suas mesas – coisa nunca antes vista e detestada por estes –; entravam nos conventos e envolviam-se com as freiras; extorquiam dinheiro e bens – uma vez, obrigaram um sacerdote local, Pantaleão da Cruz, a ceder as mercadorias que trazia do Brasil (28 caixas de açúcar e duas sacas de algodão) ao preço que quiseram.

LISBOA, UMA CIDADE EM DECLÍNIO

Apesar de ser finalmente rei, jurado pelos responsáveis camarários das principais localidades do reino e apenas com a oposição de um grupo fiel ao prior, Filipe continuava em Badajoz. Ana, a sobrinha com quem estava casado há quase nove anos, continuava a seu lado. Conversavam em castelhano, já que a rainha era fluente nessa língua por influência da mãe (irmã do rei), e no alemão paterno. Tinha nascido há meses a quinta filha do casal, Maria²⁸.

²⁷ Citado por Francisco Ribeiro da Silva (1982, p. 32)

²⁸ Morreria no Verão de 1583, pouco depois de Filipe partir de Portugal, como se verá. Os dois primeiros rapazes, Fernando (1571) e Carlos (1573), já haviam morrido. Viviam ainda Diogo (1575) e Filipe (1578, futuro rei de Portugal).

Durante um dos períodos de doença do rei, que sofria de gota há vários anos, Ana pediu para que Deus a levasse em vez de ao marido. Naquele ano de 1580, diziam os astrólogos, muitos teriam problemas nos pulmões e catarro. O rei teve algo assim, seria uma gripe ou uma espécie de broncopneumonia. Ao ver o marido dormente numa cama, prostrou-se junto a ele e anunciou que trocaria a sua vida pela dele. Não terá sido o que o salvou, mas sim a ciência do médico Vallés, que dizia ter sugado o veneno do peito do rei com uma ventosa, uns copos de vidro que se usavam então sobre a pele.

Em Lisboa, onde o surto de gripe também chegou, dizia-se que a culpa era das tropas de Castela. Os soldados, para não morrerem do frio intenso desse fim de 1580, arrancaram portas e janelas para fazerem fogueiras.

Quando, em Outubro, o rei já convalescia, Ana adoeceu. Morreria em 26 de Outubro de 1580, a seis dias de completar 31 anos. Filipe adiaria ainda mais a sua entrada em Portugal. Mais tarde, quando aqui vivia, confessaria às filhas por carta que jamais esqueceria aquela triste data. Até os seus cabelos haviam ficado brancos repentinamente depois dessa tragédia.

Só a 16 de Abril de 1581 selaria a união ibérica. Foi essa a data da sua coroação. Vestido à moda portuguesa, acompanhou tudo sentado num trono na sala do Capítulo, no convento de Tomar, que ele próprio tinha mandado decorar com sedas, tapeçarias e velas. Depois de tantos meses de lutas de bastidores e de espada na mão, recebia finalmente o título. Era agora rei de Castela, Leão, Aragão, das duas Sicílias, de Jerusalém, de Portugal, de Navarra, de Granada. Concederia ali um perdão geral

aos portugueses, com excepção de cerca de meia centena de fiéis do prior do Crato. A esses não perdoaria.

A cerimónia de juramento dos seus vassalos durou horas, num beija-mão concorrido que começara com D. Teodósio, filho do duque de Bragança. E terminara com os brados do rei de armas e do alferes-mor:

– Ouvide, ouvide, ouvide!

– Real, Real, Real, pelo muito alto e poderoso senhor rei D. Filipe nosso senhor!

O sobrinho, o cardeal Alberto, assistiu a tudo de uma janela. Estava com febre e já o tinham sangrado uma vez. Seria a maior companhia do tio nos meses em que este governou o seu império a partir de Lisboa.

Mal terminou o seu juramento e se recolheu por instantes na capela, acompanhado por uma procissão de religiosos, o novo monarca escreveu uma ordem, urgente, para o duque de Alba: que se enviassem para Lisboa 25 mil fanegas²⁹ do trigo proveniente de Santander e destinado às armadas no Peru. E que se mandasse vir trigo de Castela. Filipe queria esta cidade no seu melhor quando lá chegasse. Localizada junto ao Tejo e próxima do Atlântico, de onde partiam as embarcações para as colónias, era já a principal do reino com mais de 100 mil habitantes e rivalizava na Península Ibérica com Sevilha³⁰.

Mas os estrangeiros que a visitavam descreviam-na como a mais porca e a mais feia de todas. Era, diziam, difícil de percor-

²⁹ Uma fanega equivalia a quatro alqueires.

³⁰ A seguir a Lisboa, vinham por ordem de importância: Porto, Coimbra, Évora, Elvas. Mas, segundo os números do início do século XVII, nenhuma delas tinha 20 mil pessoas, o que significa uma grande discrepância no tamanho: havia Lisboa, uma «cidade enorme para o tamanho do reino» (Rodrigues, 1994, p. 96) e nenhuma outra localidade de dimensão média.

rer por causa das constantes descidas e subidas. Nas quatro ou cinco ruas onde se dinamizava o comércio, e se encontravam curiosidades da Índia, como as porcelanas, os preços tinham aumentado muito por causa da peste e da falta de esquadras vindas daquele continente. Como seriam mais os que não sabiam ler do que os que tinham essa capacidade, havia, no Pelourinho Velho, um grupo de escrivães que se dedicavam a escrever cartas de amor, orações, requerimentos para os pobres e analfabetos.

Os homens, que tinham estatura mediana, cabelos e barba pretos, olhos escuros, assavam sardinhas e outros peixes nas ruas em fogareiros de barro. As mulheres, com os seus olhos negros, eram formosas. Depois da morte de pais, maridos e filhos desde as partidas para a Índia às batalhas de Sebastião, elas tinham contrariado a tradição de recato e dinamizavam a economia citadina. Fabricavam o pão branco, com o trigo que vinha do estrangeiro e que elas escolhiam grão a grão sentadas nas portas das suas casas, e o de mistura (mais barato). Vendiam ovos, legumes, peixe. Os pobres não compravam carne; apenas sardinhas, que salgavam para durar mais tempo. O vinho, barato, era de má qualidade.

Os dejectos eram lançados nas ruas, pelas janelas das casas, com o aviso: «Água vai.» O cheiro era mau e atraía moscas, perceijos, pulgas.

A peste ressurgira em Outubro de 1579. Mas este surto, em que se calcula que morreram cerca de 35 mil pessoas, não foi tão grave quanto o do decénio anterior – a Grande Peste do Verão de 1569 matou 50 mil pessoas, afectando mais os adultos do que as crianças. No pico da epidemia, morriam mais de 600

peças por dia, cujos corpos já não cabiam nas valas comuns e eram deixados nas ruas a apodrecer ao calor. Quando a família real fugiu da cidade (o rei Sebastião foi para Sintra e a sua avó Catarina para Alenquer), iniciou-se um período de certa anarquia que levou à pilhagem de armazéns. Com a crise agrícola que se seguiu (1573-5), muitos foram os que do Norte e das beiras fugiram para Lisboa, repondo o seu número de habitantes (Valladares, 2010, pp. 220-224).

Filipe estava informado desta epidemia e escreveu ainda de Tomar, em 14 de Maio, a pedir que se convocassem os físicos do reino. Ordenou que estes verificassem o estado das casas que tinham sido fechadas durante os períodos mais fortes da peste. Num texto em português, mandou também que os vereadores e procuradores de Lisboa limpassem e caíssem todas essas casas. Um regimento impunha regras claras sobre o que aconteceria a quem, sem autorização, tentasse curar pessoas com a doença: os físicos, os barbeiros e as cristaleiras, por exemplo, ficavam proibidos de exercer os seus ofícios e eram condenados a um ou dois anos de degredo fora da cidade. Quem saísse de casa estando impedido de o fazer ou acolhesse alguém com peste em casa seria enviado também para fora da localidade durante um ano.

Os habitantes de Lisboa continuavam desmoralizados. Ainda não tinham recuperado da derrota em África que lhes levava o rei, um conjunto significativo de nobres e também parte das riquezas guardadas nos palácios e que serviram para pagar o resgate dos prisioneiros da fatídica aventura do incauto Sebastião. Foi para esta cidade que se dirigiu Filipe depois de entronizado.

A CHEGADA A LISBOA

Desde as negociações de 1579-81 que os seus conselheiros lhe diziam que deveria tornar Portugal na sua residência permanente. Seria mais um sinal para os seus súbditos nacionais: «Uma das coisas que mais lhes fará ter as bocas doces», escreviam documentos da época (Bouza, 2005, p. 153). Apesar dos planos, a peste atrasou por alguns meses a chegada a Lisboa e ao Paço onde residiria até Fevereiro de 1583. Mas, quando ali entrou, a 29 de Junho, vindo de Almada, o já rei de Portugal teve, segundo os cronistas da época, uma recepção triunfal. Ele próprio a preparara ao pormenor.

Antes, passou por Santarém. Depois, dormiu no palácio de Almeirim, que os reis portugueses usavam como residência de Inverno. Visitou ali a tumba do seu tio e antecessor, D. Henrique, e saiu de madrugada para uma caçada. Com ele, num coche de quatro cavalos ia o seu sobrinho a quem queria como a um filho, segundo costumava dizer. Alberto foi uma das melhores companhias nesta temporada passada em Portugal. Durante duas horas observaram os fidalgos que os acompanhavam a cavalo com lanças e os moços das redondezas matar 11 porcos. Partiram a seguir para Salvaterra e Vila Franca, onde o marquês de Santa Cruz os esperava com as suas 11 embarcações. O rei e a sua comitiva ficaram pouco tempo em cada um destes lugares por causa, explica um documento da época, do «desejo que trazia de chegar a Lisboa, que ele tanto desejava ver» (Guerreiro, 1581).

Foi a partir do Tejo que viu a cidade pela primeira vez. Desceu o rio numa galé ornamentada com ouro e estandartes e um

toldo de fina seda. As embarcações aportadas receberam-no com salvas de artilharia. O mesmo som chegou da guarnição alojada no castelo. Era 13 de Junho, dia de Santo António. Ainda havia muito a fazer na cidade para o receber.

Passou por isso alguns dias na outra margem: desembarcou em Cacilhas e montou um cavalo pardacento até à residência de João Lobo, construída sobre o rio. Prevendo a sua chegada, tinham reformado a casa, que não era a mais faustosa do sítio, mas era a que tinha a melhor vista. Mandou-se fazer uma grande janela para o novo rei observar Lisboa – nessa outra margem, as autoridades tinham mandado acender luminárias em sua homenagem. Ele observava tudo isso à distância. E também os foguetes que se lançavam e as lâmpadas acesas nos barcos, que ao longe pareciam sair de baixo da água. Pelo menos por uma vez terá ido incógnito à cidade cabeça do reino para conhecê-la.

Ficou em Almada até 29, dia de São Pedro. Decidiu só partir à tarde para não atrapalhar com a sua chegada os ofícios que se cumpriam pela manhã ou na hora da missa. Na longa e larga Rua Nova, a principal do comércio de Lisboa e que testemunhos da época diziam ser preciso tomar fôlego mais de uma vez para percorrer toda, um letrado garantia prémios aos que enfeitassem melhor as suas janelas, ruas e barcos. Da galé real, enfeitada com um toldo verde e vermelho, Filipe ouviu os tiros de artilharia. «É uma terrível trovoadas», descreveu o cronista Affonso Guerreiro.

Era a forma da cidade (e, por extensão, do reino) lhe dar as boas-vindas. Chegado ao cais, iniciou o seu primeiro trajecto oficial a cavalo, um costume de Castela a que os portugueses

estavam pouco habituados. Dezanove arcos triunfais, com imagens de ninfas e outros seres mitológicos, tinham sido preparados pelos membros dos principais ofícios que ali laboravam³¹. O primeiro fazia uma previsão: «Regerá Portugal, obtido por herança. Com boas e santas leis.»

O povo foi recebê-lo. E um dos responsáveis da câmara, Heitor de Pinha, desculpou-se por todos:

«E se alguma demora houve em fazer-se esta entrega a Vossa Majestade, não creia que foi tanto por falta de vontade como pelo erro de alguns poucos e débeis entendimentos³².»

Para não se criarem situações de instabilidade ou associações às mortes causadas pela conquista de Alba, o duque terá ficado no Paço da Ribeira, onde o rei viveria nos próximos anos.

GOVERNAR DA RIBEIRA DAS NAUS

A localização de Lisboa, virada para o Atlântico, era mais vantajosa do que Madrid. Do seu palácio, com muitas varandas e um jardim onde não ouvia o som dos rouxinóis de que tinha tantas saudades, o rei conseguia ver as embarcações que partiam em direcção à América. No extremo Sul mandou edificar³³ um torreão de quatro andares com cobertura em cúpula e

³¹ Durante a sua governação, Filipe tentaria atrair comerciantes e artífices estrangeiros (sobretudo flamengos e alemães; menos, por serem inimigos de Castela, ingleses e holandeses) a fixarem-se nas cidades portuguesas. Vieram picheleiros e trabalhadores do estanho italianos e relojoeiros da Flandres.

³² Citado por Valladares (2010, p. 276).

³³ A autoria do projecto foi atribuída ao espanhol Juan Herrera e ao italiano Filippo Terzi e a construção só terá terminado em 1598.

que funcionava para o exterior como uma fortaleza. Era ali que ficavam a biblioteca, a sala do trono cerimonial e os aposentos reais ricamente decorados.

Mesmo ao lado, na Ribeira das Naus a actividade era contínua. Homens carregavam matérias-primas para os armazéns da Guiné e Índia. No areal, os carpinteiros produziam e reparavam embarcações. E, em edifícios próximos, fabricavam-se as cordas e as velas.

Eram raras as aparições públicas do monarca, mas, em Abril de 1582, chegou até a tomar o pequeno-almoço a bordo da galé real enquanto a frota zarpava. Oito meses antes, tinha tido uma aventura mais azarada ao largo de Cascais. Como estava baixa-mar, teve de trocar de barco e deu-se o acidente que descreveu por carta às suas filhas: «Meti a perna no mastro e quase caí, mas aguentei-me e não caí à água, mas dentro do barco. No entanto, bati na canela e doeu-me muito durante algum tempo». Nas três horas em que percorreram as cinco léguas, o rei e o seu sobrinho, o arquiduque Alberto, enjoaram.

Filipe despachava assuntos do reino em todos os locais – até no Tejo. Mas quando estava no palácio, passava quase 12 horas a trabalhar, desde que se levantava às 6h e se deitava às 23h, meia-noite. O monarca, que usava como língua de trabalho o castelhano, era lento a tomar as decisões. O seu cognome era *O Prudente*. Aconselhava aos colaboradores: «Quem apressa os assuntos em circunstâncias difíceis perde credibilidade»³⁴. A meio do dia, depois de receber em audiência conselheiros e altos-responsáveis pela administração do reino, reservava alguns minutos para as suas orações. O mesmo tinha feito ao acordar e faria antes de se deitar.

³⁴ Citado por Kamen (2008, p. 309).

Estava focado em impor «maior austeridade e disciplina» (Silva, 1986, p. 337) à sociedade. Graças à acção dos seus espões durante o processo de negociação (1578-1580), conhecia a situação geral do reino. E mais ficara a saber no decorrer das cortes de Tomar com o que lhe disseram os representantes dos três estados. Um dos temas que desde logo o preocupou foi a justiça portuguesa, que lhe diziam não funcionar. Os fidalgos e os prelados acolhiam nas suas casas os malfeitores, impedindo assim que as autoridades os prendessem e julgassem. Muitos estrangeiros desistiam de investir no reino porque depois não conseguiam cobrar o que lhes era devido. Homens, mulheres e crianças invocavam o nome de Deus e Nossa Senhora a toda a hora, apesar de proibidos de o fazerem – uma heresia que uma majestade tão católica como Filipe não podia aceitar. Dizia-se pelo reino que, se não se pusesse cobro a esses hábitos, o castigo divino não tardaria (Silva, 1986, p. 334). Os tribunais deviam reprimir esses excessos.

Meses depois de ser coroado, para meados de Setembro, criou uma comissão (presidida pelo bispo de Leiria, D. António Pinheiro, e composta pelo chanceler-mor do reino, três juristas e dois castelhanos) para determinar os problemas da justiça e apresentar soluções. O diagnóstico demorou e nem todos se entenderam: se o castelhano Rodrigo Vasquez apontava como problema a falta de vontade dos juizes para cumprirem as leis, o português conde de Portalegre, João da Silva, que se juntara à comissão, apontava o dedo ao nepotismo e compadrio com que os juizes eram nomeados pelos desembargadores do Paço em resultado de um pagamento de favores e não por mérito. O conde sugeria que fosse o rei a fazer esta nomeação. E fizeram-se mais

críticas aos desembargadores por aceitarem o perdão de delitos e a comutação de penas a troco de dinheiro. Era como se estivessem no talho a comprar carne, compara Vasquez (Silva, 1986, p. 333).

Para combater tudo isto, a 27 de Julho de 1582 o rei publicou a Lei da Reformação da Justiça. Entre outras medidas, os grandes senhores estavam agora obrigados a abrir as portas às autoridades. Decidiu também descentralizar tribunais superiores, porque a concentração destes em Lisboa retirava-lhes autoridade e atrasava o despacho dos assuntos. Extinguiu por isso a Casa Cível em Lisboa e transferiu os seus serviços para o recém-criado Tribunal da Relação do Porto.

Também dedicava largas horas a analisar questões económicas. Planeou a criação de uma companhia que organizasse o comércio da pimenta da Ásia. De lá, o vice-rei chegou a enviar-lhe um elefante para o príncipe herdeiro, Diogo. No estatuto assinado em Tomar, o novo monarca concordara em que se reservariam para os portugueses os postos de oficiais da marinha e a propriedade dos navios envolvidos no comércio com os territórios descobertos e a descobrir por este reino. Organizou armadas para proteger as frotas dos corsários e mandou construir fortes na costa portuguesa.

Aboliu as barreiras alfandegárias entre Portugal e Castela (1582 – e restabelecidas dez anos depois quando foi preciso mais dinheiro), o que significava que as frotas espanholas com destino à América podiam partir de Lisboa. O açúcar que vinha deste continente e os escravos que seguiam de África até ao outro lado do Atlântico estruturavam as redes comerciais de Portugal à data das cortes de Tomar.

Ouviu as queixas do povo, que pedia que acabasse com as sisas, um imposto criado já nos tempos de D. João I para responder às despesas da guerra com Castela e que ficara como definitivo. A coroa arrecadava dez por cento sobre todas as mercadorias trocadas por particulares, fossem novas ou não. Só o pão, o ouro e a prata estariam isentos desta taxa. Filipe alegou que não o podia fazer, já que este era «a principal sustância [*sic.*] com que os reis sustentam seu estado real, defendem seus reinos e os conservam em paz e justiça» (Bouza, 2005, p. 189).

Era um rei burocrata, que escrevia muito e fazia grandes planos. Quis, por exemplo, tornar o Douro navegável até Tordesilhas e o Tejo até Aranjuez. Mandou abrir feiras francas (Setúbal, Porto, Tavira) para revitalizar o comércio interno. E compensou os que faziam batidas a espécies como as raposas e os lobos que destruíam as colheitas e comiam os animais. Recusou-se a encerrar escolas e a limitar o seu acesso às classes altas. E não proibiu as corridas de touros, apesar do pedido do Papa Pio V para que tal acontecesse. Em Portugal e Castela, decidiu em Maio de 1582, o toureio estava autorizado, excepto aos domingos e dias santos. O rei assistiu a um espectáculo numa praça feita em madeira no Terreiro do Paço, mas achou que os animais e os toureiros não se comparavam aos que vira em Espanha.

A moralidade que Filipe tentou instituir no reino (proibiu os jogos ilícitos de cartas e dados) não teve como uma das vítimas a moda: se no tempo do cardeal Henrique os trajes eram modestos, com Filipe começaram a usar-se gibões de cetim, calças de veludo e de seda.



Não se sabe ao certo como este episódio, logo no dia da sua chegada a Lisboa, o marcou. Apenas que o rei sorriu. Mas decerto que lhe ficaram na memória as palavras de uma regateira com quem se encontrou na longuíssima Rua Nova. A mulher, que estivera a dançar em sua honra num grupo de padeiras e vendedoras que tocavam adufes e chocalhos, aproximou-se para lhe garantir que ela e as colegas o tinham jurado como rei. Mas, caso Sebastião regressasse, Filipe «havia de voltar com Deus a Castela e havia de deixar este reino.» A cena poderá ter provado ao novo monarca que o culto ao sobrinho morto em Alcácer-Quibir era real.

Nos meses que viveu em Lisboa, trabalhou para legitimar o seu reinado. A trasladação do corpo de Sebastião para o mosteiro dos Jerónimos poderia fazer mais por ele para a conquista desse objectivo do que todas as leis ou armas – dessas, dispunha; mas não lhe tinham permitido ganhar o coração de todos os portugueses. Se mostrasse os ossos do rei, ninguém se atreveria a dizer que ele continuava vivo. A cerimónia aconteceu em 21 de Dezembro de 1582. E, além do corpo de Sebastião, alegadamente resgatado de África, foram também ali colocados os do cardeal D. Henrique, que estava em Almeirim, e os de outros 20 parentes (filhos, netos) de D. Manuel.

Foi um dos seus últimos actos públicos antes de partir de Lisboa, a 11 de Fevereiro, dois anos e quatro meses depois de ter chegado. Chamou-lhe uma «breve ausência» da qual logo voltaria. Antes, só faltava que os três estados jurassem fidelidade ao infante Filipe³⁵. A cerimónia, que decorreu em 30 de Janeiro,

³⁵ 13 de Abril de 1578-†1621.

tornou-se obrigatória depois da morte do seu herdeiro Diogo³⁶, que padecia de febres constantes e fora jurado nas cortes de Tomar.

Este último evento aconteceu no Paço da Ribeira, numa sala com muitas janelas e próxima dos aposentos da sua irmã e sogra Maria, que enviuvara do imperador Maximiliano II da Áustria e agora o visitava em Lisboa. Os dois estiveram 26 anos sem se ver. Nos meses anteriores, correu o rumor de que Filipe a nomearia governadora de Portugal. Ela fez saber que não tinha intenção de aceitar e queria recolher-se a um convento. O monarca escolheu então o seu sobrinho e cunhado, filho de Maria, para o cargo de vice-rei. O arquiduque Alberto da Áustria ficou à frente dos destinos de Portugal durante dez anos. Quanto a Filipe, que prometera uma «breve ausência», nunca mais regressou.

³⁶ 12 de Julho 1575-†21 de Novembro de 1582.

